

ENTRE O GOVERNO E A RENAMO

6.2.92

# PROSSEGUEM DEBATES EM BUSCA DE ENTENDIMENTO

• Sessões ininterruptas caracterizam os trabalhos dos últimos dias

por Tomás Vieira Mário, enviado da AIM a Roma

As delegações do Governo moçambicano e da Renamo prosseguiram ontem o processo negocial em Roma, toda esta semana caracterizada por sessões de trabalho quase ininterruptas e que se têm prolongado para lá da meia-noite.

As discussões permanecem indirectas, coordenadas pela equipa trilateral da mediação, que se desloca sucessivamente entre os hotéis onde as duas delegações estão hospedadas. Ainda não transpareceram avanços particularmente significativos, no sentido da superação das divergências que separam as duas partes, em relação àquele que deverá ser o conteúdo final do protocolo três, estabelecendo os princípios da futura lei eleitoral do país.

Informações não confirmadas, que a AIM recolheu em Roma, sugerem que a Renamo terá formulado "em certa medida", a sua proposta inicial de que logo após as eleições multipartidárias de 1993, o futuro Parlamento deve proceder a uma revisão da Constituição vigente, antes mesmo da tomada de posse do novo Governo.

De acordo com as mesmas

informações, a Renamo terá agora proposto que essa revisão, a ser realizada no prazo de três meses, deve ser atribuída a uma "comissão parlamentar", mas sem impedir que até à sua conclusão, o novo Governo entre em funções.

Além de invocar a "interferência" nos poderes de uma assembleia dotada de poderes de soberania, o Governo rejeitou a proposta inicial da Renamo na base de que este processo negocial visa apenas levar a eleições democráticas e multipartidárias em paz, devendo, daí em diante, o futuro caber aos órgãos eleitos, em debate democrático com as forças que estarão na oposição.

Entretanto, o chefe da delegação governamental às negociações de Roma, Armando Guebuza, negou qualquer significado ao comunicado que a Renamo emitiu na passada terça-feira,

responsabilizando o Governo pela demora na conclusão do protocolo três.

Em declarações prestadas à AIM em Roma, Armando Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, descreveu aquele comunicado como "uma resposta defensiva devido às pressões do Governo e da opinião pública nacional e internacional" que a

Renamo estaria a sofrer, no sentido de ajudar a conclusão rápida de um acordo de cessar-fogo.

"Desde o início destas conversações, em 1990, que o Governo tem denunciado publicamente e com factos e exemplos concretos, as manobras dilatórias da Renamo", diria ainda Armando Guebuza.

No seu comunicado do passado dia dois, a Renamo atribuiu o atraso do processo a uma "incapacidade de negociar" do Governo.